

Banqueiros acreditam que o Brasil vai driblar os seus problemas mais agudos

Apesar de todas as dificuldades que o país enfrenta, os banqueiros nacionais ainda continuam confiantes nas perspectivas da economia brasileira. Não se nota, é verdade, aquele mesmo otimismo de tempos atrás, mas, de uma forma geral, eles acreditam que, a curto prazo, o Brasil poderá driblar os seus problemas mais agudos, contendo o ímpeto inflacionário e equilibrando as contas externas, através da captação dos dólares necessários para fechar o balanço de pagamentos.

A médio e longo prazos, porém, os banqueiros não escondem uma certa hesitação em traçar o perfil econômico do país. Entre dúvidas e incertezas, eles dizem estar convencidos de que o futuro da economia brasileira está diretamente atrelado ao comportamento da conjuntura econômica internacional que, no momento, se encontra em grande crise.

De qualquer forma, os banqueiros não perderam todo o

entusiasmo. Eles acham que o Brasil se situa numa posição até certo ponto privilegiada entre os países em desenvolvimento e apontam alguns ajustes que consideram imprescindíveis para colocar os rumos da política econômica na rota certa.

Antônio de Pádua Rocha Diniz, do Banco Nacional, por exemplo, afirma que o governo está há muito tempo se defrontando com alguns problemas cruciais cujas soluções se conflitam entre si.

Em outras palavras — observa o banqueiro trata-se de uma equação difícil de ser resolvida, porque esses problemas estão interligados, funcionando como uma espécie de engrenagem "Inflação, dívida externa elevada, retomada do desenvolvimento, balanço de pagamentos, nível de emprego são questões complexas e entrelaçadas. Quer dizer, se as autoridades adotam alguma medida de combate inflação acabam mexendo nas outras peças da

engrenagem: se adotam uma decisão a fim de estimular a retomada do desenvolvimento põem em risco a contenção da alta generalizada de preços".

Portanto — salienta Rocha Diniz — os obstáculos não são tão fáceis de serem transponíveis: "O governo já vem fazendo um grande esforço e terá que persistir nessa linha para tentar debelar a inflação. Os resultados são tímidos mas estão aparecendo. Veja que a taxa de inflação do mês de agosto (5,8%) fixou abaixo das próprias previsões oficiais que davam como certa algum número acima dos 6%.

Na opinião do banqueiro, é perfeitamente factível o Brasil encerrar o ano apresentando uma inflação abaixo dos três dígitos e acertar as suas contas externas, ainda que essa não seja uma das tarefas mais fáceis: "O importante nisso tudo é que os recursos externos estão entrando, assegurando o equilíbrio do balanço de pagamentos".

Febraban vê recuperação

Segundo o presidente da Febraban, também é preciso levar em consideração o outro lado da moeda. Os grandes projetos, iniciados no passado, vão entrar em pleno funcionamento, deixando de consumir recursos, para produzir recursos: "A médio prazo, portanto, isso trará um alívio razoável sobre os gastos públicos, e consequentemente para o orçamento".

Restaria ainda — no entender de Pedro Conde — a questão do endividamento externo: "Porém, como já disse, o fim dos grandes projetos certamente exigirá uma demanda menor de empréstimos externos. Isso somado ao controle dos gastos das empresas estatais deixará o país numa posição mais tranquila para acertar o balanço de pagamentos. O Brasil tem potencial suficiente para saldar seus compromissos externos. Enfim, sou dos que acredito que, apesar de todas as dificuldades, o país conseguirá sair-se muito bem dessa crise mundial".

Antônio de Pádua Rocha Diniz, de certa forma, endossa as palavras de Pedro Conde: "O Brasil dispõem de amplas condições, a médio e longo prazos, de escapar desse panorama conturbado que assistimos no momento. Mas para isso é necessário ajustar melhor o orçamento fiscal às nossas possibilidades".

Fala-se muito em renegociar a dívida externa, como se esse procedimento fosse resolver todos os problemas: "Acho que renegociar a dívida não passa de um assunto que está em moda. O Brasil não precisa recorrer a essa alternativa. Tem cacife capaz de sustentar seus compromissos financeiros com os bancos internacionais".

Todavia, Rocha Diniz faz uma ressalva: "Nenhuma pessoa pode viver indefinidamente, gastando mais do que tem. Dessa forma, seria recomendável que as autoridades brasileiras racionalizassem os gastos públicos principalmente, oferecendo ao país melhores condi-

cões de suportar a crise internacional".

O ponto-de-vista de José Carlos Moraes de Abreu, no entanto, difere das demais opiniões. Em suas perspectivas, ele vislumbra, a médio prazo, um quadro econômico repleto de incertezas, em virtude da instabilidade econômica externa.

A seu ver, no ano que vem, terá que haver um realinhamento da economia internacional, pois ninguém pode querer financiar déficits e manter uma política de restrições e protecionismos: "Essa é o tipo da equação que não fecha."

O diretor do Itaú coloca o Brasil dentro desse contexto, ou seja, incluindo-o entre os países que, forçosamente, terão que promover amplos reajustes, talvez, até através de uma renovação de acordo de moedas: "O país não pode gastar mais que pode, sem dispor do dinheiro necessário. É preciso rearmonizar a economia brasileira, adequando-a à realidade mundial, e uma forma de se fazer isso é reduzindo e controlando melhor os gastos das empresas estatais."

Todavia, mais importante que isso, na opinião de Moraes de Abreu, é o realinhamento econômico mundial: "Se o reajuste não for geral, os países, principalmente aqueles em vias de desenvolvimento, pouco poderão fazer para conseguir sobressair-se."